

Participação feminina nos programas de pós-graduação na área de Ciências Sociais Aplicadas no Brasil

Gilka Alice Alves da Cruz

<https://orcid.org/0000-0001-5891-4188>

Thayna Caroline Silva Marques

<https://orcid.org/0000-0002-7913-9966>

Giovanna Tonetto Segantini

<https://orcid.org/0000-0003-2983-2735>

Resumo

Objetivo: Apesar da participação das mulheres estar mais frequente em ambientes acadêmicos que outrora, a entrada tardia delas nesse meio pode atuar como limitador de sua presença nos programas de pós-graduações no país. Assim, este estudo teve por objetivo analisar a participação feminina em programas de pós-graduação na área de Ciências Sociais Aplicadas de 2010 a 2019.

Método: Para a construção deste estudo, foram selecionados os dados do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), referente às produções de mestrado e de doutorado, entre os anos de 2010 e 2019 na área de Ciências Sociais Aplicadas. Encontrou-se um total de 98.116 publicações, sendo 81.454 dissertações e 16.662 teses, que foram catalogadas por gênero, atribuindo-se H para o público masculino e M para o público feminino. Com os dados obtidos, identificou-se que 48,66% eram produções femininas e 51,34% eram produções masculinas.

Resultados: Os resultados da pesquisa indicaram o crescimento da participação feminina em programas de pós-graduação, especialmente em relação ao mestrado, ao longo dos anos. Do total das produções acadêmicas femininas, tem-se que 83,39% foram dissertações e 16,61% foram teses. Os cursos com maior presença feminina são administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo que, juntos, detêm 28,75% das publicações, e direito com 23,71% do que foi produzido no período.

Contribuições: Concluiu-se que a presença do gênero feminino nos programas de pós-graduação na área de Ciências Sociais Aplicadas vem aumentando ao longo dos anos. Contudo, é possível identificar que sua presença no maior nível de titulação analisada, o doutorado, ainda é inferior à presença dos homens. Dessa maneira, esse trabalho se torna relevante para fomentar discussões da presença feminina na academia brasileira e sobre os fatores limitantes para sua presença no ambiente acadêmico.

Palavras-chave: Gênero feminino; Pós-graduação; Política científica.

Editado em Português e Inglês. Versão original em Português.

Rodada 1: Recebido em 25/05/2022. Pedido de revisão em 3/07/2022. Rodada 2: Resubmetido em 28/07/2022. Pedido de revisão em 26/08/2022. Rodada 3: Resubmetido em 23/09/2022. Aceito em 15/10/2022 por Bruna Camargos Avelino, Doutora (Editora assistente) e por Gerlando Augusto Sampaio Franco de Lima, Doutor (Editor). Publicado em 23/12/2022. Organização responsável pelo periódico: ABRACON.

1. Introdução

A educação é compreendida como um direito que visa melhorar o desenvolvimento pessoal, o preparo para cidadania e a qualificação profissional, devendo ser oferecida com igualdade de condições a todos os cidadãos (Constituição, 1988). Em consonância, a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) afirma que por meio do ensino e da educação é possível disseminar a consciência de direito e liberdade.

O estudo a respeito das questões de gênero é importante para compreender a organização da sociedade e a maneira em que os indivíduos ocupam seus lugares nela. Determinadas características e determinados padrões, como a concepção de que o gênero masculino é o provedor financeiro do lar e o gênero feminino é o responsável pelas atividades domésticas, retardaram a presença das mulheres em ambientes externos, como o acadêmico e o mercado de trabalho (Lopes, 2015). Assim, a desigualdade e o preconceito de gênero no âmbito educacional e profissional, tornaram-se consequências das concepções construídas e estabelecidas socialmente em relação ao gênero feminino (Melo, 2017).

Nesse sentido, os estereótipos construídos trouxeram impactos para a vida acadêmica e profissional das mulheres que se perpetuam nos dias de hoje. Assim, certas características femininas, como a empatia e a sensibilidade, são utilizadas como justificativas para a construção de barreiras na entrada e no avanço no mercado de trabalho. Além disso, a conciliação entre as atividades do lar, o cuidado com os filhos e as atividades referentes à sua profissão agem como agravantes desse processo (Rodrigues *et al.*, 2015; Lara *et al.*, 2017; Carmo *et al.*, 2016).

Apesar das dificuldades enfrentadas, é visto que, nas últimas décadas, o crescimento das mulheres em ambiente acadêmico tem sido promissor, apesar de tardio, tanto na graduação quanto na pós-graduação. Entretanto, no que se refere ao mercado de trabalho, mesmo que as mulheres possuam maior nível de instrução, sua presença em espaços formais de trabalho e de pesquisa é menor que a de seus pares (Cruz, 2019).

Embora estejam mais presentes em universidades, as mulheres têm menos visibilidade no que se refere à valorização como profissional (Guedes, 2008). A título de exemplo, Mendonça e La Rocque (2016) discorrem que a arte cinematográfica, quando retratam mulheres cientistas, tendem a colocá-las em posições de coadjuvantes, sendo excluídas de lugares destaques. Situação semelhante é observada por Cardoso (2016), em que características associadas ao gênero feminino, como a delicadeza e a doçura, são utilizadas para transmitir a ideia de que elas são menos capazes do que os homens em seu ambiente de trabalho.

Com base no exposto até aqui, o presente estudo tem como foco a seguinte questão de pesquisa: **qual o quantitativo da participação feminina nos programas de pós-graduação relacionados ao mestrado e ao doutorado, na área de Ciências Sociais Aplicadas, no país?** O objetivo do presente trabalho, portanto, é analisar a participação feminina em programas de pós-graduação na área de Ciências Sociais Aplicadas no Brasil entre os anos de 2010 e 2019.

Dessa forma, expande-se a discussão acerca das relações e da desigualdade dos gêneros nos programas de pós-graduação e no mercado de trabalho. Salienta-se a importância de se verificar a participação das mulheres em mestrado e doutorado, visto que é o caminho necessário para se tornarem pesquisadoras e docentes. Assim, destacam-se a relevância sobre as questões de gênero e sobre suscitar debates relacionados a essa temática, inclusive dentro das universidades.

Para melhor exposição das informações, o presente estudo se encontra dividido em quatro partes além da introdução. Na primeira seção, é apresentado o referencial teórico, com as questões de desigualdade de gênero, a participação feminina na ciência e sua participação nos programas de pós-graduação. Na segunda seção, são discutidos quais os procedimentos metodológicos usados para a realização do estudo. Na terceira seção, encontra-se a análise dos resultados obtidos; e, na quarta seção, são elencadas as considerações finais sobre o trabalho.

2. Referencial Teórico

2.1 Desigualdade de Gênero

De acordo com Lara *et al.* (2017), a diferenciação dos afazeres entre os gêneros é construída e transmitida desde muito cedo. Assim, ao passo que as meninas são ensinadas, pelos familiares, a realização das tarefas domésticas, os meninos são ensinados a possuírem independência por meio do trabalho externo. Leite & Pátaro (2013) também identificaram essas diferenças de papéis sociais atribuídos e ensinados aos gêneros. Os dados de sua pesquisa identificam que, enquanto as meninas são incentivadas a realizarem atividades voltadas para o lar, os meninos são estimulados a estudarem e se capacitarem por meio de cursos.

As diferenças de oportunidades entre os gêneros se estendem ao ambiente escolar e perpassam pelo caminho da universidade e das relações de trabalho (Teixeira & Freitas, 2015; Souza, 2016; Menezes, 2019; Leite & Pátaro, 2013). Nessa perspectiva, a falta de incentivo e os estereótipos construídos a respeito do gênero feminino possuem uma forte interferência na organização social e nas oportunidades oferecidas para as mulheres como profissionais (Rodrigues *et al.*, 2015; Andrade & Monteiro, 2018).

As barreiras encontradas pelas mulheres na sociedade são históricas e precisaram de muitas lutas para que o processo de mudança começasse a ocorrer. Dentre esses obstáculos, o autor destaca a proibição das mulheres para estudar e para se envolver com a ciência por não terem as aptidões necessárias para o meio, como a perspicácia e a coragem, que estariam ligadas ao gênero masculino (Melo, 2017; Lopes, 2015). Nesse sentido, estabeleceu-se uma diferenciação de comportamentos femininos e masculinos na sociedade, em que as características atribuídas aos homens, como coragem e inteligência eram consideradas superiores àquelas atribuídas às mulheres, como fragilidade e paciência (Leite & Pátaro, 2013; Lopes, 2015).

Fernandez (2019) relata que a concepção de inferioridade feminina está pautada na discriminação de gênero dentro da sociedade, especialmente no mercado de trabalho. A autora discorre que determinadas profissões são culturalmente percebidas como adequadas às mulheres enquanto outras não. Assim, ser babá, enfermeira ou professora está relacionado ao gênero feminino por envolver as atividades antes realizadas em casa, como o cuidado do lar e o cuidado com os filhos.

Apesar dos efeitos advindos dessas limitações, o movimento feminista contribuiu para que determinados avanços e determinadas melhorias nas configurações sociais quanto às relações de gênero fossem possíveis, beneficiando diretamente as mulheres (Melo, 2017). Dentre os avanços advindos desse processo por melhores condições, tem-se a maior participação em universidades e o ingresso no mercado de trabalho para sustentar a família. Com isso, as mulheres precisam conciliar as diversas atribuições que detêm, dentro e fora do ambiente doméstico (Lara *et al.*, 2017).

Tendo em vista o contexto supracitado, as mulheres que conseguem ter acesso ao mercado de trabalho, encontram empecilhos em conciliar a vida profissional e pessoal e, em grande parte, abdicam de mais realizações na vida profissional do que os homens (Tavares & Parente, 2015; Amaral *et al.*, 2017; Lopes, 2015; Menezes, 2019). Em sua pesquisa, Amaral *et al.* (2017) buscam identificar os percalços presentes para as estudantes em um curso da área da computação, composta em sua maioria por homens. Dentre os achados da pesquisa, os autores identificam que as estudantes são subjugadas em relação à sua capacidade, especialmente quando se refere à postura profissional e ao conhecimento que detêm, inclusive dentro da universidade.

Ademais, como exposto, a atuação profissional das mulheres foi influenciada pelas atividades domiciliares que lhes foram tradicionalmente atribuídas, por isso sua presença em cursos da área da saúde e da educação é maior, como a enfermagem, a pedagogia e o serviço social. Em contrapartida, os homens estão mais presentes em áreas que se distanciam dessas características, como a engenharia e a matemática. Destaca-se que as diferenças existentes entre os gêneros estão relacionadas apenas aos fatores biológicos que os distinguem, não estando relacionadas à habilidade ou à competência individual (Lopes, 2015).

De acordo com Lima (2013), as mulheres encontram dificuldades em profissões como carreiras militares, cargos executivos, em setores de tecnologias e nas ciências, como poucas oportunidades de emprego e de crescimento profissional, além de subestimação quanto aos conhecimentos técnico-científicos que elas detêm. (Teixeira & Freitas, 2015; Carvalho & Rabay, 2015; Andrade & Monteiro, 2018). Sendo assim, o caminho que elas percorrem vai incluir mais percalços do que o caminho masculino, especialmente no que se refere à profissão de pesquisadora (Tavares & Parente, 2015).

2.2 Produção Científica Feminina

A participação das mulheres na academia vem aumentando desde os anos de 1980 e 1990 devido à institucionalização do ensino superior. Assim, nas últimas décadas, nota-se o crescimento feminino nas universidades brasileiras e uma tendência de seu aumento nas posições de pesquisadoras (Leta, 2003). Com isso, a expectativa para os próximos anos é que a proporção da participação feminina na ciência comece a se equiparar com a de seus pares. Entretanto, apesar desse avanço, ainda existem barreiras culturais quanto ao crescimento profissional das mulheres na pesquisa (Ohayon *et al.*, 2006). Segundo Tavares e Parente (2015), diversas pesquisas empregam o termo “teto de vidro”, que diz respeito a uma barreira invisível e impenetrável entre as mulheres e as posições de chefia.

Dessa maneira, apesar da expectativa de crescimento no ambiente acadêmico, vale salientar que as mulheres enfrentam obstáculos para conseguirem se estabilizar no meio acadêmico, especialmente nas áreas que possuem baixas participações, como é o caso das ciências exatas (Andrade & Monteiro, 2018; Ohayon *et al.*, 2006; Lima, 2013). Em relação a esse assunto, Silva e Prestes (2018) discorrem sobre a segmentação das áreas de conhecimento por gênero, uma vez que devido a uma presença minoritária do público feminino no âmbito das exatas, em decorrência da falta de abertura e incentivo coletivo, as produções científicas se tornam menores nesse meio.

Por outro lado, é mais perceptível sua atuação em áreas que tradicionalmente são descritas como femininas, como a pedagogia e a enfermagem, por estarem atreladas ao ensino e ao cuidado, aspectos que estão relacionados aos padrões compreendidos como femininos (Andrade & Monteiro, 2018; Teixeira & Freitas, 2015; Ohayon *et al.*, 2006; Lima, 2013). Nessa perspectiva, Grossi *et. al* (2016) apontam que devido à presença majoritária nesses cursos, o nível de produção científica se torna maior do que nas áreas de exatas. Nos estudos dos autores, o maior número de teses é defendido na área das ciências biológicas, da saúde e humanas.

Nos estudos de Gindre e Budó (2018), é evidenciada a disparidade da participação feminina em eventos na área das ciências criminais quando comparado ao gênero masculino. Segundo os autores, em eventos como anais, congressos e seminários sobre a temática criminal, a maioria dos trabalhos apresentados são de homens. Os autores destacam ainda que, quando se observa a coordenação dos eventos, de 79 pessoas que passaram pela coordenação nos cinco anos de pesquisa, apenas 20 são mulheres, o que demonstra que a representatividade feminina, em espaços de poder, é reduzida.

Para além da produção de conhecimento, a presença feminina ainda é minoria em posições de comando, bem como de maior reconhecimento. Tal fato é refletido no ambiente acadêmico no qual é visto que as mulheres vão se dispersando no decorrer da carreira científica. (Tavares & Parente, 2015). Ohayon *et al.* (2006) discutem que as mulheres têm dificuldade de ascender profissionalmente nas instituições acadêmicas e científicas, em virtude desses ambientes estruturalmente serem dominados por homens, o que reforça um estereótipo de que o público masculino é mais apto a assumir altos cargos.

De acordo com Leta (2003), as diferentes modalidades de bolsas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) distribuídas, são divididas em: iniciação científica, mestrado, doutorado, recém-doutor e produtividade em pesquisa, seguindo essa ordem hierárquica. Nesse sentido, é visto que a proporção de bolsistas mulheres têm se expandido nas diferentes modalidades de bolsas concedidas, contudo à medida em que se aumenta o nível hierárquico da bolsa, a proporção feminina diminui. Tal fato se dá devido à baixa representatividade de mulheres em posições de destaque e de reconhecimento na academia, o que retarda a participação feminina nesse meio. A autora demonstra que uma parcela das mulheres passa pelas modalidades iniciais, entretanto não continuam nas atividades científicas, uma vez que o reconhecimento que é dado a partir das concessões de bolsas se restringe em sua maioria ao público masculino.

Nesse sentido, Teixeira e Freitas (2015) dissertam que pouca atenção é dada à questões de gênero em ambientes acadêmicos, culminando em poucas propostas de mudança da realidade. Para os autores, essas questões na educação atingem a divisão de trabalho e as atribuições dentro das instituições do ensino, e propagam uma cultura organizacional distinta para os gêneros. Tais fatores ajudam a favorecer o gênero masculino em detrimento do feminino. Nesse sentido, na produção científica, o acesso das mulheres é dificultado e desestimulado por práticas implícitas e estruturais que permeiam a sociedade.

Nganga *et al.* (2021) discorrem que, na trajetória das mulheres pesquisadoras, a tensão entre as identidades acadêmicas e pessoal, faz com que sejam desenvolvidas habilidades, como as de gerenciamento de tempo, organização e priorização de atividades, em busca de balancear as inúmeras atribuições que detêm. Ainda, para os autores, o que ocorre é que, na medida em que os graus da carreira progridem, a pressão das tarefas universitárias aumenta e os ajustes para se adaptar às novas posições prejudicam as mulheres, dado que o ritmo dos programas de pós-graduação não foi pensado para o público feminino.

2.3 Programas de Pós-Graduação

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2018), a participação das mulheres em cursos de graduação é sutilmente maior que a dos homens. Corroborando com o supracitado, a literatura também evidencia que há maior participação das mulheres em cursos de graduação (Ferri *et al.*, 2018; Silva & Prestes, 2018). Entretanto, apesar de estarem em maior quantitativo nesse nível de formação, a participação feminina é inferior nos programas de pós-graduação, como mestrado e doutorado, se comparado ao gênero oposto. Nesse sentido, nota-se que, após o término da graduação, há uma dispersão das mulheres no meio acadêmico, visto que a representatividade feminina em programas de pós-graduação é menor do que a masculina (Teixeira & Freitas, 2015; Ribeiro, *et al.*, 2017; Tavares & Parente, 2015; Leta, 2003).

Assim, a participação das mulheres como pesquisadoras vai sendo limitada desde o início da vida acadêmica, seja por falta de incentivo à pesquisa, devido à discriminação e à desvalorização como pesquisadora, seja pela baixa expectativa de carreira como cientista (Teixeira & Freitas, 2015; Silva & Prestes, 2018; Ribeiro, *et al.*, 2017; Tavares & Parente, 2015; Menezes, 2019). Segundo Silva e Prestes (2018), a participação das mulheres se torna restrita à medida que maior é o nível de titulação. Nesse sentido, a presença das mulheres na academia se afunila, a ponto de haver maior presença em mestrado do que doutorado. Em consonância, Leta (2003) evidenciou a desvantagem feminina no que se refere à pesquisa e níveis de titulação.

Nesse sentido, Araújo (2016) discorre sobre as disparidades de gênero nos programas de pós-graduação na área de filosofia, em 2015, no Brasil. Segundo a autora, de 3.652 discentes, cerca de 28,4% eram mulheres e 71,6% homens. A mesma situação também pode ser notada na carreira de docente, que, de 785 professores, apenas 20,76% do total eram mulheres. Ainda, a autora cita que as mulheres têm, aproximadamente, 2,5% menos chances de chegar no topo da carreira profissional na pós-graduação, como professores permanentes das instituições, do que os homens.

Nos estudos de Ferreira e Casagrande (2016), foi analisada a participação feminina no quadro de pesquisadoras, na área de ciência e tecnologia (C&T), em programas de pós-graduação *stricto sensu* da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Os achados indicaram que o quadro docente da instituição é constituído em sua maioria por homens, com cerca de 72,33%. Ainda, em um dos programas, o programa de pós-graduação em sistemas de Energia (PPGSE), no ano de 2015, não havia nenhuma professora no quadro de professores da universidade.

Ademais, Ohayon *et al.* (2006) compararam a participação das mulheres na área da pesquisa científica. Para os autores, embora as estatísticas apontem para um aumento do gênero feminino nos cargos de pesquisadores, percebe-se que as mulheres ainda são minoria entre os pesquisadores premiados com bolsas de produtividade do CNPq, pesquisadores líderes de grupos de pesquisa, pesquisadores nomeados para os comitês das agências de fomento e nomeados para cargo de chefia. A mesma situação pode ser encontrada na França, uma vez que as mulheres também são minoria no país entre os professores titulares, nos comitês científicos e na academia de tecnologia. Dessa maneira, percebe-se a dificuldade de as mulheres ascenderem profissionalmente tanto no Brasil quanto na França, especialmente no que se refere a serem pesquisadoras.

3. Procedimentos Metodológicos

O presente estudo se caracteriza como descritivo, pois tem como objetivo relatar e analisar as características encontradas acerca do gênero na pós-graduação no país. Quanto aos procedimentos, enquadra-se como documental, por se utilizar de dados que ainda não receberam tratamento para a realização do estudo. E, em relação à abordagem, a pesquisa se caracteriza como quantitativa (Raupp & Beuren, 2006).

3.1 População e Amostra

Para a construção deste estudo, foram selecionadas as informações do Catálogo de Teses e Dissertações da Capes, entre os anos de 2010 e 2019, no campo das Ciências Sociais Aplicadas. Extraíu-se do *site* da entidade a planilha que continha os dados de diversas produções realizadas na pós-graduação. Entretanto, tendo em vista o objetivo do estudo, foram consideradas apenas as teses e dissertações acadêmicas e profissionais, referentes à grande área de conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas, com seus respectivos cursos, de acordo com o que a Capes determina.

Nesse segmento, foi obtido o total de 98.116 produções, sendo 81.454 (83,02%) de dissertações e 16.662 (16,98%) de teses. Em relação à região, a Tabela 1 demonstra o total da distribuição das teses e dissertações. Nota-se que a região Sudeste detém a maior participação, com 53,79% da produção de teses e dissertações, e que a região Norte detém a menor participação, com 2,35% das produções de teses e dissertações.

Tabela 1

Total de produção de teses e dissertações por região

Região	Total	%
Sudeste	52.785	53,79%
Sul	21.688	22,10%
Nordeste	14.826	15,11%
Centro-Oeste	6.520	6,65%
Norte	2.297	2,35%
Total	98.116	100,0%

Fonte: dados da pesquisa (2022)

No que tange às publicações ao longo do tempo, a Tabela 2 revela o quantitativo total de publicações nos anos de estudo. É possível perceber que o ano de 2010 tem a menor proporção de publicação, com 6,89% e que a maior participação se encontra no ano de 2019 com 13,27% dos dados analisados. Inference-se, de acordo com os dados da tabela abaixo, que a produção ao longo dos anos teve um aumento de 6,89% para 13,27%.

Tabela 2

Total de produção de teses e dissertações ao longo dos anos

Ano	Total	%
2010	6.762	6,89%
2011	7.313	7,45%
2012	8.140	8,30%
2013	8.570	8,74%
2014	9.394	9,57%
2015	9.887	10,08%
2016	10.936	11,15%
2017	11.575	11,80%
2018	12.515	12,75%
2019	13.024	13,27%
Total	98.116	100,0%

Fonte: dados da pesquisa (2022)

Ainda, no que se refere às áreas de distribuição, foram identificadas dez áreas de conhecimentos. A Tabela 3 evidencia as áreas de Ciências Sociais Aplicadas e o quantitativo das produções de teses e dissertações.

Tabela 3

Quantitativo de teses e dissertações por áreas de conhecimento

Áreas de conhecimento	Total	%
Administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo	22.810	23,25%
Administração pública, ciências contábeis e turismo	7.338	7,48%
Arquitetura e Urbanismo	8.541	8,70%
Ciências Sociais Aplicadas I	2.906	2,96%
Comunicação e Informação	8.867	9,04%
Direito	26.724	27,24%
Economia	10.643	10,85%
Planejamento urbano e regional / demografia	5.120	5,22%
Serviço social	5.167	5,26%
Total	98.116	100%

Fonte: dados da pesquisa (2022)

Nota-se que, de acordo com a Tabela 3, a área de conhecimento de direito detém a maior produção acadêmica, com 27,24% do total, seguido pelas áreas de administração pública e de empresas, ciências contábeis e turismo que, juntas, detém 23,25% de publicações. Em relação às menores participações, têm-se ciências sociais aplicadas I com 2,96% e Planejamento urbano e regional/demografia e serviço social, com 5,22% e 5,26%, respectivamente.

3.2 Tratamento dos Dados

A partir dos dados obtidos, foram identificadas e selecionadas todas as produções publicadas de teses e dissertações dos programas de pós-graduação de Ciências Sociais Aplicadas. O recorte temporal de dez anos utilizado para atingir o objetivo do trabalho foi pautado na justificativa de analisar a participação das mulheres nos programas de pós-graduação na última década. Nessa perspectiva, inicialmente foram catalogadas as produções por gênero, por meio da classificação dos pesquisadores, em que se atribuiu H para o público masculino e M para o público feminino.

A identificação mencionada anteriormente foi executada de forma manual e, em alguns casos, a confirmação do gênero se deu por meio da busca do pesquisador. Dessa maneira, após a obtenção dessa divisão, foi feita a categorização das teses e das dissertações, a fim de encontrar o total de participação por modalidade de produção na pós-graduação. Assim, foi possível analisar a evolução das produções por ano, bem como a representação por região e por área de conhecimento.

Desse modo, para a construção do trabalho, os dados obtidos foram mapeados por meio de indicadores, sendo estes: público feminino, teses e dissertações acadêmicas, participação feminina nas áreas de conhecimento, produção de teses e dissertações por região, produção de teses e dissertações feminina e evolução da produção por ano. Com isso, foram realizadas as análises dos dados obtidos para atender ao objetivo do trabalho.

4. Análise e Discussão dos Resultados

4.1 Participação Feminina nos Programas de Pós-Graduação

Com o objetivo de analisar a diferença entre as publicações femininas e masculinas, os autores foram divididos por gênero para identificar qual público é o que mais produz teses e dissertações na área de Ciências Sociais Aplicadas, nas universidades do país. Sendo assim, as publicações de mulheres representaram 48,66% do total, o que representa 47.744 de produções, e a dos homens com 50.372 produções, cerca de 51,34%.

Em relação a esse aspecto, pode-se observar que o público feminino foi minoria, por uma diferença de, aproximadamente, 2,68%. Tal fato confirma o exposto por Seefeld *et al.* (2017) em seu estudo, sobre a tendência de aumento da presença feminina na pós-graduação. Assim, por meio dos dados encontrados, infere-se essa tendência de maior participação feminina nos programas de pós-graduação. A fim de melhor visualizar o relatado, foi criada a Tabela 4 que evidencia o total da participação das mulheres por teses e dissertações e sua respectiva porcentagem.

Tabela 4

Percentual da produção feminina

Produção feminina na pós-graduação	Total	%
Teses	7.932	16,61%
Dissertações	39.812	83,39%
Total	47.744	100%

Fonte: dados da pesquisa (2022)

Quanto ao total de produções femininas no período estudado, de acordo com a Tabela 4, há uma maior proporção de participação nas dissertações, com cerca de 83,39%, do que nas teses que contêm 16,61%. Com base nesses dados, infere-se que as mulheres estão mais propensas a se tornarem mestres do que doutoras, levando em consideração a porcentagem em cada titulação. Tal fato também pode ser encontrado na literatura, uma vez que alguns autores apontam que a presença das mulheres vai se dispersando à medida em que se aumenta o nível de titulação acadêmica (Teixeira & Freitas, 2015; Silva & Prestes, 2018;). Desse modo, apesar de ser um avanço o quantitativo da participação das mulheres em mestrados, salienta-se que no nível de doutorado sua presença ainda é escassa.

4.2 Participação Feminina por Área de Conhecimento

Nessa subdivisão será analisada a participação das mulheres por área de conhecimento. Segundo a CAPES (2022), as áreas de avaliação possuem o intuito de facilitar as atividades de análise e desenvolvimento. Assim, o critério utilizado para sua formação é a afinidade. São utilizados dois níveis; o primeiro nível é o de colégios e se divide em três, que envolvem as ciências da vida, humanidades e ciências exatas, tecnológicas e multidisciplinares. Já o segundo nível é o das grandes áreas e se divide em nove, são eles: Ciências Agrárias; Ciências Biológicas; Ciências da Saúde; Ciências Humanas; Ciências Sociais Aplicadas; Linguística, Letras e Artes; Ciências Exatas e da Terra; Engenharias; Multidisciplinar.

Para esse estudo, foi considerado o Colégio de Humanidades e a grande área de Ciências Sociais Aplicadas, determinada pela Capes. Nesse sentido, conforme a Tabela 5, as áreas de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo são as que possuem juntas o maior número de produção, com 28,75%. Em seguida, tem direito com 23,71%. Cabe ressaltar que, apesar do curso de direito possuir uma menor porcentagem, sua participação se torna maior, visto que a área com maior percentual é segmentada em três cursos distintos.

Tabela 5

Participação feminina em área de conhecimento

Área de conhecimento	Total	%
Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo	13.729	28,75%
Arquitetura, Urbanismo e Design	5.290	11,08%
Comunicação e Informação	7.013	14,69%
Direito	11.322	23,71%
Economia	3.445	7,21%
Planejamento Urbano e Regional/Demografia	2.845	5,97%
Serviço Social	4.100	8,59%
Total	47.744	100,0%

Fonte: dados da pesquisa (2022)

Ressalta-se que, até o ano de 2015, a Capes utilizava a nomenclatura Ciências Sociais I para se referir a cursos que fazem parte da área de comunicação e informação. Depois desse período, passou a ser utilizado somente o nome comunicação e informação para se referir a esses cursos. Assim, para fins de pesquisa, foi considerada a divisão das sete áreas que a Capes mantém atualmente, sendo realizada a soma dos dois grupos supracitados, obtendo o total de 14,69% dos dados analisados. Nesse sentido, as áreas com menor produção feminina foram as de Planejamento Urbano e Regional/Demografia com 5,97% e Economia com 7,21%.

4.3 Produção Feminina por Região

Nessa seção, será analisado o percentual de participação das regiões no que se refere às teses e às dissertações. Logo em seguida, será analisado o percentual das mulheres por região, em teses e dissertações, de acordo com a área do país.

Tabela 6

Quantitativo de teses por região

Região	Produção feminina	Produção total	% Produção feminina	% Produção por região
Centro-Oeste	425	964	44,5%	5,7%
Nordeste	948	1.845	51,9%	11,1%
Norte	33	73	41,8%	0,4%
Sudeste	4.905	10.485	46,7%	63,0%
Sul	1.621	3.295	49,2%	19,8%
Total	7.932	16.662	47,60%	100,0%

Fonte: dados da pesquisa (2022)

No que se refere ao quantitativo de teses por região, é possível perceber, de acordo com a Tabela 6, que a distribuição não ocorre de forma homogênea. Ao observar a porcentagem de teses produzidas, a região Sudeste possui a maioria das produções, com 63%, mais da metade das publicações e bem à frente das outras partes do país. A região Sul possui o total de 19,8%, o Nordeste com 11,1%, Centro-Oeste com 5,7% e a região Norte com apenas 0,4% do total analisado.

Dessa forma, de acordo com a Tabela 6, apenas na região Nordeste as mulheres produziram mais teses, com 51,9% do total na região, do que os homens. A região Sul aparece em seguida, com cerca de 49,2% da participação feminina. Já a região Sudeste que, como dito anteriormente, possui o maior número de teses produzidas no total, apresenta cerca de 46,7% produções de teses femininas. Em relação ao Centro-Oeste e ao Norte, a participação de mulheres é de 44,5% e 41,8%, respectivamente.

Em relação à participação das dissertações, de acordo com a Tabela 7, observa-se que a região que possui o maior número de produções nos anos analisados é o Sudeste, com o total de 51,93%. A região que possui menor participação é a região Norte com, aproximadamente, 2,73% e o Centro-Oeste com 6,82%. Cabe salientar que a literatura evidencia que a região Norte possui menos investimentos em programas de pós-graduações, o que vai ao encontro dos achados desse estudo, que evidencia que o quantitativo de produção dessa região é menor que as demais (Tavares & Parente, 2015).

Ainda, alguns autores versam que há maior concentração de publicação de pós-graduação em determinadas regiões (Nascimento & Nunes, 2014; Tavares & Parente, 2015; e Souza *et al.*, 2017). Nesse sentido, os resultados obtidos estão em consonância com a literatura, tendo em vista que tanto o número de teses quanto de dissertações tem maior concentração na região Sudeste em detrimento da região Norte.

Tabela 7

Quantitativo de dissertações por região

Região	Produção feminina	Produção total	% Produção feminina	% Produção por região
Centro-Oeste	2.621	5.556	47,17%	6,82%
Nordeste	6.835	12.981	52,65%	15,94%
Norte	1.245	2.224	55,98%	2,73%
Sudeste	19.516	42.300	46,14%	51,93%
Sul	9.595	18.393	52,17%	22,58%
Total	39.812	81.454	48,88%	100,0%

Fonte: dados da pesquisa (2022)

No que tange à participação feminina nas produções de dissertações nas regiões do país, de acordo com a Tabela 7, as mulheres são as que mais produziram nas regiões Nordeste, Norte e Sul, com 52,65%, 55,98% e 52,17%, respectivamente. O Centro-Oeste apresentou 47,17% e a região Sudeste 46,14% de participação feminina. Ressalta-se que, apesar da região Norte deter o menor quantitativo de publicações, com cerca de 2,73%, as mulheres produzem, aproximadamente, 55,98% das dissertações da região. Em contrapartida, a região Sudeste, apesar de ter o maior somatório de produções dentre todas as regiões, com 51,93%, possui o menor percentual de publicações realizadas por mulheres com, aproximadamente, 46,14%.

Os resultados obtidos corroboram com estudos anteriores, como o de Silva e Prestes (2018) no que tange à maior participação das mulheres em mestrados do que em doutorados. Desse modo, nota-se que em relação às dissertações, as mulheres lideram as publicações em três regiões do país, com mais da metade do que foi produzido. Entretanto, quando se observa as teses, apenas a região Nordeste detém 51,9% das publicações realizadas pelo gênero feminino. Desse modo, fica perceptível que apesar de as mulheres estarem mais presentes em mestrados, sua presença em programas de doutorado ainda é mais escassa.

4.4 Evolução da Participação Feminina por Ano

Nesta seção, serão apresentadas a evolução da produção acadêmica por ano e a evolução da participação feminina por ano, nas teses e dissertações.

Tabela 8

Participação feminina em teses ao longo dos anos

Ano	Produção feminina	Produção total	% produção feminina
2010	430	944	45,55%
2011	438	980	44,69%
2012	577	1.274	45,29%
2013	622	1.334	46,63%
2014	719	1.541	46,66%
2015	780	1.625	48,00%
2016	929	2.002	46,40%
2017	1.077	2.189	49,20%
2018	1.146	2.311	49,59%
2019	1.214	2.462	49,31%
Total	7.932	16.662	47,61%

Fonte: dados da pesquisa (2022)

A porcentagem referente à Tabela 8 foi calculada a partir da diferença dos gêneros em relação ao total de produções. Dessa forma, de acordo com a tabela acima, é possível verificar que o percentual da participação feminina possui pequenas variações ao longo do período. A partir da análise, é possível identificar um aumento gradativo durante o período do estudo, contudo durante os anos de 2010 e 2011 e 2015 e 2016 há uma redução na porcentagem da presença das mulheres no programa. Ainda, o ano em que as mulheres tiveram a maior participação foi o ano de 2018 e o período que obteve uma menor participação foi em 2011, com 44,69%.

No que se refere à participação de mulheres em dissertações, identifica-se que há mais variação quando relacionada com as teses, de acordo com a Tabela 9. O ano de 2019 foi o único em que o número de mulheres que fizeram mestrado foi maior do que seus pares, com 50,75%. Em relação aos outros anos, há uma variação entre 46,87% e 49,21%. No geral, observa-se um aumento nas publicações de 2010 a 2019 em cerca de 3,88%.

Tabela 9

Participação feminina em dissertações ao longo dos anos

Ano	Produção feminina	Produção total	% produção feminina
2010	2.727	5.818	46,87%
2011	3.021	6.333	47,70%
2012	3.334	6.866	48,56%
2013	3.537	7.236	48,88%
2014	3.834	7.853	48,82%
2015	4.065	8.262	49,20%
2016	4.362	8.934	48,82%
2017	4.551	9.386	48,49%
2018	5.021	10.204	49,21%
2019	5.360	10.562	50,75%
Total	39.812	81.454	48,88%

Fonte: dados da pesquisa (2022)

De maneira geral, apesar do número de mulheres mestres ser superior ao de doutoras, o percentual de participação tanto no mestrado quanto no doutorado, está próximo a 50%. Tal fato pode ser encontrado no estudo de Ohayon *et al.* (2006), que relata a tendência de equidade nas publicações para os homens e para as mulheres. Entretanto, de acordo com os dados encontrados no presente estudo, percebe-se um crescimento de cerca de 4% durante todo o período analisado, em ambos os tipos de publicações. Nesse sentido, percebe-se que os percalços encontrados ainda precisam ser superados para garantir a equidade de gênero dentro da academia e do ambiente de trabalho.

5. Conclusão

Compreender o contexto que as mulheres estão inseridas na sociedade e os obstáculos enfrentados para alcançar posições de liderança é um importante meio para difundir debates sobre desigualdades de gênero. No ambiente universitário, as barreiras para ascensão são influenciadas por diversos fatores, como a dificuldade de conciliação de duplas jornadas de trabalho, oportunidades desiguais e subestimação do conhecimento.

O objetivo do trabalho foi analisar a participação feminina nos programas de pós-graduação na área de Ciências Sociais Aplicadas, entre 2010 e 2019. De acordo com os resultados obtidos pelo estudo, foi possível constatar o crescimento da participação feminina nos programas de pós-graduação. As publicações femininas representaram 47.744 de produções nos anos analisados, aproximadamente 48,66% do total de teses e dissertações. Assim, sobre o total de publicação feminina, observou-se uma maior proporção de dissertações com cerca de 83,39% do que teses com 16,61%.

Em relação às áreas de Ciências Sociais Aplicadas de maior produção feminina, destacam-se as áreas de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, que, juntas, representam cerca de 28,75% do total analisado e, em seguida, a área de Direito, com 23,71%. Quanto aos campos de menor participação do gênero feminino nos programas de pós-graduação, observou-se que foram as áreas de Planejamento Urbano e Regional/Demografia com 5,97% e Economia com 7,21%.

No que se refere às regiões do país, acerca das teses analisadas, apenas na região Nordeste as mulheres superaram os homens nas publicações, com 51,9%, as demais regiões ficaram inferior a 50% de participação. Já em relação ao mestrado, a participação feminina no período analisado foi maior que a masculina nas regiões Nordeste, Norte e Sul. Cabe ressaltar que a região que possui o maior número de teses e dissertações produzidas é a Sudeste, com 63% e 51,4%, respectivamente. Entretanto, de acordo com a análise, as mulheres ainda são minoria nas produções da região.

No que tange à evolução das produções ao longo do período de estudo, encontrou-se uma oscilação em relação aos anos analisados, especialmente para a obtenção do título de mestre. O ano de 2019 foi o único em que o número de mulheres ultrapassou o público masculino em publicações de dissertações com 50,75%. No geral, ocorreu um aumento nas produções de 2010 a 2019 de cerca de 3,88%. Em relação às teses, identificou-se um aumento gradativo ao longo dos anos, sendo a maior participação feminina o total de 49,59% no ano de 2018.

Conclui-se, com base nos resultados obtidos, que há uma tendência de crescimento da presença do gênero feminino nos programas de pós-graduação na área Ciências Sociais Aplicadas no Brasil. Entretanto, a presença de mulheres ainda não é igualitária em âmbito nacional, tal fato tem impacto nas posições oportunidades de trabalhos ofertadas, com destaque para a docência nas universidades.

Como limitação de pesquisa, destaca-se o fato de que, devido à grande variabilidade étnica do Brasil, houve dificuldade na identificação do gênero de nomes com origem estrangeira e nacional. Para tanto, a confirmação do gênero foi realizada por meio de uma consulta on-line. Entretanto, a pesquisa não é invalidada, pois seus achados contribuem para a discussão acerca da presença feminina na academia brasileira e os fatores que influenciam sua presença nos programas de pós-graduação.

Dessa forma, como recomendação de pesquisas futuras, sugere-se que sejam estudados fatores que expliquem as diferenças encontradas na presente pesquisa. Aspectos como o incentivo e abertura para os gêneros nas áreas, a composição do corpo docente das universidades e as possíveis influências para a carreira na pesquisa, incluindo a cultura dos ambientes universitários, podem ser observados em futuros estudos.

Referências

- Amaral, M. A., Emer, M. C. F. P., Bim, S. A., Setti, M. G., & Gonçalves, M. M. (2017). Investigando questões de gênero em um curso da área de Computação. *Revista Estudos Feministas*, 25, pp. 857-874. Doi: <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n2p857>
- Andrade, C. B., & Monteiro, M. I. (2018). Teachers of nursing: gender, trajectories of work and of formation. *Pro-Posições*, 29(2), pp. 210. Doi: <https://doi.org/10.1590/1980-6248-2015-0155>
- Araújo, C. (2016). Mulheres na pós-graduação em filosofia no Brasil-2015. *São Paulo: ANPOF*. Recuperado em 24 de julho de 2022, de http://anpof.org/portal/images/Documentos/ARAUJOCarolina_Artigo_2016.pdf.
- Cardoso, L. D. R. (2016). Relações de gênero, ciência e tecnologia no currículo de filmes de animação. *Revista estudos feministas*, 24, pp. 463-484. Doi: <https://doi.org/10.1590/0104-026X2016v24n2p463>
- Carmo, J. C., Pires, M.M, Jesus Jr, G., Cavalcante, A. L., & Trevizan, S. D. P. (2016). Voz da natureza e da mulher na Resex de Canavieiras-Bahia-Brasil: sustentabilidade ambiental e de gênero na perspectiva do ecofeminismo. *Revista Estudo Feministas*, 24(1), pp. 155-181. Doi: <https://doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n1p155>
- Carvalhoes, F., & Ribeiro, C. A. C. (2019). Estratificação horizontal da educação superior no Brasil: Desigualdades de classe, gênero e raça em um contexto de expansão educacional. *Tempo Social*, 31, pp. 195-233. Doi: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.135035>

- Carvalho, M. E. P. D., & Rabay, G. (2015). Usos e incompreensões do conceito de gênero no discurso educacional no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, 23, pp. 119-136. Doi: <https://doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n1p/119>
- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). (2022). Sobre as áreas de avaliação. Brasil. Recuperado de <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/areas-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao/sobre-as-areas-de-avaliacao>
- Constituição da República Federativa do Brasil. (1988). Brasília. Recuperado em 10 de abril de 2007, de <https://repositorio.observatoriodocuidado.org/bitstream/handle/handle/1499/Constitui%C3%A7ao%20Federal.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Cruz, M. H. S. (2019). Questões sobre as diferenças de gênero no ensino superior. *Revista Temas em Educação*, 28(1), pp. 114-137. Doi: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2359-7003.2019v28n1.24695>
- Declaração Universal dos Direitos Humanos. (1948). Paris. Recuperado de: <http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>
- Fernandez, B. P. M. (2019). Teto de vidro, piso pegajoso e desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro à luz da economia feminista: por que as iniquidades persistem? *Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais*, (26), pp. 79-104.
- Ferreira, M. A., & Casagrande, L. S. (2016). Mulheres na pós-graduação: qual o lugar delas? *Anais eletrônicos do 15º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. Florianópolis, Santa Catarina*, 16, pp. 01-17. Recuperado em 24 jul. 2022, de http://www.15snhct.sbhct.org.br/resources/anais/12/1470063617_ARQUIVO_ARTIGOSNHCTVERSAOFINAL.pdf
- Ferri, C., Duarte, B. K.C., & Neitzel, A. A. (2018). O acadêmico ingressante na educação superior: perfil, escolhas e expectativas. *ETD-Educação Temática Digital*, 20(3), pp. 781-804. Doi: <https://doi.org/10.20396/etd.v20i3.8649245>
- Grossi, M. G. R., Borja, S. D. B., Lopes, A. M., & Andalécio, A. M. L. (2016). As mulheres praticando ciência no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, 24, 11-30. Doi: <https://doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n1p11>
- Guedes, M. D. C. (2008). A presença feminina nos cursos universitários e nas pós-graduações: desconstruindo a ideia da universidade como espaço masculino. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 15, pp. 117-132. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-59702008000500006>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2018). Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil. Rio de Janeiro. Recuperado de https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf
- Lara, L. F., Campos, E. A. R., Stefano, S. R., & Andrade, S. M. (2017). Relações de gênero na polícia militar: narrativas de mulheres policiais. *Holos*, 4, pp. 56-77. Doi: <https://doi.org/10.15628/holos.2017.4078>
- Leite, L. L., & Pátaro, C. S. O. (2013). Diferenças de gênero e juventude: um estudo a partir das vivências de estudantes de ensino médio do município de Campo Mourão-PR. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 8(2), pp. 403-420. Doi: <https://doi.org/10.21723/riaee.v8i2.5735>
- Leta, J. (2003). As mulheres na ciência brasileira: crescimento, contrastes e um perfil de sucesso. *Estudos avançados*, 17(49), pp. 271-284. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300016>
- Lima, B. S. (2013). O labirinto de cristal: as trajetórias das cientistas na Física. *Revista Estudos Feministas*, 21, pp. 883-903. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000300007>
- Lopes, L. G. (2015). Gênero como Categoria Condicionante de Delimitações Espaciais: uma análise da trajetória feminina na pós-graduação e produção do conhecimento. *Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero*, 6(1), pp. 154-168. DOI: 10.5212/Rlagg.v6.i1.0011

- Melo, C. I. B. (2017). Relações de gênero na matemática: o processo histórico-social de afastamento das mulheres e algumas bravas transgressoras. *Revista Ártemis-Estudos de Gênero, Feminismos e Sexualidades*, 24(1), pp. 189-200. Doi: <https://doi.org/10.22478/ufpb.1807-8214.2017v24n1.34424>
- Mendonça, L. G., & La Rocque, L. R. (2016). A mulher e o “fazer ciência”: uma análise de filmes de comédia no ensino farmacêutico. *DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde*, 11(3), pp. 723-743. Doi: <https://doi.org/10.12957/demetra.2016.22464>
- Menezes, M. B. D. (2019). Protagonismo Feminino na Matemática: criação e evolução do Instituto de Matemática da Universidade Federal da Bahia. *Bolema: Boletim de Educação Matemática*, 33, pp. 1067-1086. Doi: <https://doi.org/10.1590/1980-4415v33n65a05>
- Nascimento, J. L. D., & Nunes, E. D. (2014). Almost an autobiography: a study of social scientists in health based on the Lattes Curriculum. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(4), pp. 1077-1084. Doi: <https://doi.org/10.1590/1413-81232014194.12482013>
- Nganga, C. S. N., Casa Nova, S. P. de C., Silva, S. M. C. da, & Lima, J. P. R. de. (2021). Há tanta vida lá fora!: work-life conflict, mulheres e pós-graduação em Contabilidade. In *Anais*. Maringá: ANPAD. Recuperado de <http://anpad.com.br/uploads/articles/114/approved/1160453108d3e537255e9f7b931f4e90.pdf>
- Ohayon, P., Leta, J., Carisey, M., & Séchet, P. (2006). As mulheres na pesquisa, no desenvolvimento tecnológico e na inovação: uma comparação Brasil/França. *Revista do Serviço Público*, 57(4), pp. 531-548. Doi: <https://doi.org/10.21874/rsp.v57i4.210>
- Raupp, F. M., & Beuren, I. M. (2006). Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências. In: *Beuren, I.M. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática*. 2.ed. São Paulo: Atlas, pp. 76-97.
- Ribeiro, L., Formado, B. S. R. D. S., Schimidt, S., & Passos, L. (2017). A saia justa da Arqueologia Brasileira: mulheres e feminismos em apuro bibliográfico. *Revista Estudos Feministas*, 25, pp. 1093-1110. Doi: <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n3p1093>
- Rodrigues, D. C. B., Andrade, N. T., Souza, T., & do Nascimento, C. F. P. (2015). Organização e trabalho das mulheres ribeirinhas amazônicas: um estudo nas comunidades Santa Luzia e São Lázaro no Grande Lago de Manacapuru/AM. *Retratos De Assentamentos*, 18(1), pp. 113-134. DOI: <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2015.v18i1.184>
- Seefeld, V., Clemente, A., Vaz, P. V. C., & Espejo, M. M. D. S. B. (2017). O que eles produzem? Mapeamento do perfil das Dissertações defendidas no Programa de Pós- Graduação em Contabilidade da UFPR. *Revista Contabilidade e Controladoria*, 9(3), pp. 73-88. Doi: <http://dx.doi.org/10.5380/rcc.v9i3.51134>
- Silva, S. K., & Prestes, E. M.T. (2018). Igualdade de gênero no ensino superior: avanços e desafios. *Revista Temas em Educação*, 27(2), pp. 191-209. Doi: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2359-7003.2018v27n2.37352>
- Souza, C. V. (2016). Professoras de Antropologia em Minas Gerais: notas sobre a condição da margem. *Revista Estudos Feministas*, 24, pp 499-520. Doi: <https://doi.org/10.1590/1805-9584-2016v24n2p499>
- Souza, R. M. F., Baia, M. W. M., Costa, I. C. M., Machado, R. S., Mendes, A. L. B., & Souto, M. V. (2017). Análise Bibliométrica dos Artigos Científicos em Finanças Publicados na Revista de Administração de Empresas (RAE) da FGV/SP, no período de 2006 a 2016. *Administração: Ensino e Pesquisa*, 18(3), pp. 489-517. DOI:10.13058/raep.2017.v18n3.631
- Tavares, A. S., & Parente, T. G. (2015). Gênero e carreira científica: um estudo a partir dos dados das universi-dades federais da região norte do Brasil. *Revista Ártemis-Estudos de Gênero, Feminismos e Sexualidades*, 20. Doi: 10.15668/1807-8214/artemis.v20n2p66-75
- Teixeira, A. B. M., & Freitas, M.A. (2015). Aspectos acadêmicos e profissionais sobre mulheres cientistas na Física e na Educação Física. *Revista Ártemis-Estudos de Gênero, Feminismos e Sexualidades*, 20. Doi: 10.15668/1807-8214/artemis.v20n2p57-65